

COMPANHIA PARANAENSE DE ENERGIA -
COPEL

4^a. EMISSÃO PÚBLICA DE DEBÊNTURES

RELATÓRIO ANUAL DO AGENTE
FIDUCIÁRIO

EXERCÍCIO DE 2010.

Rio de Janeiro, 29 de Abril, 2011.

Prezados Senhores Debenturistas,

Na qualidade de Agente Fiduciário da 4ª. Emissão Pública de Debêntures da COMPANHIA PARANAENSE DE ENERGIA - COPEL (“Emissão”), apresentamos a V.Sas, o relatório anual sobre a referida emissão, atendendo o disposto na Instrução da CVM nº 28, 23 de Novembro de 1983 e na Escritura de Emissão.

A apreciação sobre a situação da empresa foi realizada com base nas Demonstrações Financeiras Padronizadas – DFP, demais informações fornecidas pela Emissora e controles internos, da Pentágono.

Informamos, também, que este relatório encontra-se à disposição dos debenturistas na sede da Companhia Emissora, na sede da Pentágono, na CVM, na CETIP e na sede do Coordenador Líder da Emissão.

A versão eletrônica deste relatório foi enviada à companhia emissora, estando também disponível em nosso website www.pentagonotrustee.com.br.

Atenciosamente,

PENTÁGONO S.A. DTVM.

Características da Emissora

- Denominação Social: COMPANHIA PARANAENSE DE ENERGIA - COPEL
- CNPJ/MF: 76.483.817/0001-20
- Diretor de Relações com Investidores: Sr. Ricardo Portugal Alves
- Atividades: pesquisar e estudar, dos pontos de vista técnico e econômico, quaisquer fontes de energia; pesquisar, estudar, planejar, construir e explorar a produção, a transformação, o transporte, o armazenamento, a distribuição e o comércio de energia, em qualquer de suas formas, principalmente a elétrica, de combustíveis e de matérias-primas energéticas; c) estudar, planejar, projetar, construir e operar barragens e seus reservatórios, bem como outros empreendimentos, visando ao aproveitamento múltiplo das águas; d) prestar serviços de informações e assistência técnica, quanto ao uso racional da energia, a iniciativas empresariais que visem à implantação e desenvolvimento de atividades econômicas de interesse para o desenvolvimento do Estado; e e) desenvolver atividades na área de transmissão de informações eletrônicas, comunicações e controles eletrônicos, de telefonia celular, e outras atividades de interesse para a Copel e para o Estado do Paraná, ficando autorizada para estes fins e para os previstos nas alíneas “b” e “c”, a participar, majoritariamente ou minoritariamente, de consórcios ou companhias com empresas privadas.

Características da Emissão

- Data de Emissão: 01/09/2006
- Data de Vencimento: 01/09/2011
- Banco Escriturador/Mandatário: Itaú Unibanco S.A.
- Código CETIP/ISIN: CPEL14/BRCPLEDBS091
- Coordenador Líder: BB Banco de Investimento S.A.

- Destinação dos Recursos: Os recursos captados com a distribuição pública das Debêntures serão destinados ao alongamento do perfil da dívida da Emissora, por meio de pagamento de suas obrigações financeiras, bem como ao reforço de seu caixa. Os recursos provenientes da Emissão serão utilizado na liquidação financeira dos seguintes compromissos da Emissora: (i) 1/3 do valor principal das debêntures da 3ª emissão da Emissora, no montante aproximado de R\$ 133,0 milhões, com vencimento em 1º de fevereiro de 2007. As debêntures da 3ª emissão foram emitidas em série única e a sua distribuição pública foi concluída em 9 de maio de 2005, tendo havido subscrição integral dos títulos no valor de R\$ 400 milhões. Sobre as debêntures em referência, incidem juros remuneratórios correspondentes a 115% ao ano da Taxa DI; (ii) valor do principal das debêntures da 2ª emissão da Emissora, no montante aproximado de R\$ 600,0 milhões, com vencimento em 1º de março de 2007. As debêntures da 2ª emissão foram emitidas em três séries e a sua distribuição pública, no valor total de R\$ 500,0 milhões, foi concluída em 9 de maio de 2002. As debêntures da primeira série foram readquiridas pela Emissora em 27 de fevereiro de 2004. A remuneração das debêntures da 2ª série da 2ª emissão é devida com base na variação da Taxa DI, acrescida de 1,5% a.a. e a remuneração das debêntures da 3ª série é devida com base na variação do IGP-M + 13,25% aa.; e (iii) despesas com a Distribuição, no montante aproximado de R\$ 4.300.000,00 (quatro milhões e trezentos mil reais).

Os recursos porventura necessários à complementação dos recursos descritos neste item serão obtidos por meio de empréstimos bancários ou outros financiamentos a serem avaliados e contratados pela Emissora.

- Tipo de Emissão: Emissão Pública de Debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária.

1. Eventual Omissão ou inverdade nas informações divulgadas pela Companhia; Inadimplemento ou atraso na obrigatória prestação de informações: (Artigo 12, alínea a, inciso XVII da Instrução CVM 28/83)

A Pentágono, declara que não possui conhecimento de eventual omissão ou inverdade, contida nas informações divulgadas pela Emissora, ou de qualquer

inadimplemento ou atraso na obrigatória prestação de informações pela Emissora.

2. **Alterações Estatutárias:** (Artigo 12, alínea b, inciso XVII da Instrução CVM 28/83)

Em AGE realizada em 27/04/10, foi aprovada a alteração do caput do artigo 4º do Estatuto Social da Companhia, tendo em vista a aprovação do aumento de capital social da Emissora.

Em AGE realizada em 08/07/10, foi aprovada a alteração dos artigos 17, 22, 23, 25 e 27, com vistas ao reflexo adequado das atividades desempenhadas pelo Diretor de Administração da Companhia e buscando ajustes nas competências dos Diretores para reorganização das atividades de comercialização, controle de tarifas e assuntos regulatórios, a fim de que sejam coordenadas e dirigidas pelas respectivas diretorias responsáveis pela prestação dos serviços, em atendimento a solicitações do Acionista Majoritário, fosse alterado o Estatuto Social da Companhia.

3. **Comentários sobre as demonstrações financeiras da Companhia, Indicadores Econômicos, Financeiros e de estrutura de capital da empresa:** (Artigo 12, alínea c, inciso XVII da Instrução CVM 28/83)

- **A Empresa**

- Atividade Principal: 35.11-5-01 - Geração de energia elétrica;
- Situação da Empresa: Ativa;
- Natureza do Controle Acionário: Sociedade de Economia Mista;
- Critério de Elaboração do Balanço: Legislação Societária.

- **Situação Financeira**

- Liquidez Geral: de **1,3** em 2009 para **1,4** em 2010;
- Liquidez Corrente: de **2,1** em 2009 para **1,6** em 2010;
- Liquidez Seca: de **2,0** em 2009 para **1,6** em 2010;
- Giro do Ativo: de **0,38** em 2009 para **0,38** em 2010.

- Estrutura de Capitais

Em 31 de dezembro de 2010, o ativo total da COPEL registrou valor de R\$ 17.859,4 milhões, montante 9,5% superior ao registrado no final do ano anterior.

Ao final de 2010, as disponibilidades da COPEL (caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras de curto prazo) totalizaram R\$ 2.392,6 milhões e estavam aplicadas, majoritariamente, em Certificados de Depósitos Bancários – CDB emitidos por bancos oficiais, operações compromissadas e Cotas de Fundos de Investimento em Títulos Públicos. As aplicações foram remuneradas, em média, à taxa de 100% da variação do Certificado de Depósito Interbancário – CDI do período.

O total da dívida consolidada da COPEL (incluindo debêntures), ao final de 2010, somava R\$ 1.985,2 milhões, representando endividamento sobre o patrimônio líquido de 18,0%.

O patrimônio líquido atribuível à controladora, em 31 de dezembro de 2010, era de R\$ 11.030,1 milhões, montante 7,1% superior ao registrado em 2009 e equivalente a R\$ 40,31 por ação (valor patrimonial por ação – VPA).

A Rentabilidade do Patrimônio Líquido em 2010 foi de 9,8% contra 8,3% de 2009 representando uma variação de 18,1% .

- Resultados

Solicitamos a leitura completa das Demonstrações Contábeis da Companhia, Relatório da Administração e o Parecer dos Auditores Independentes, anexas nas últimas folhas deste Relatório, para melhor análise da situação econômica e financeira da Companhia.

4. Posição da distribuição ou colocação das debêntures no mercado:

Artigo 12, alínea d, inciso XVII da Instrução CVM 28/83)

PAGAMENTOS EFETUADOS POR DEBÊNTURE EM (R\$):

JUROS

01/03/2010 = 425,087200

01/09/2010 = 499,718700

VALOR NOMINAL UNITÁRIO NA EMISSÃO (R\$): 10.000,000000

ATUALIZAÇÃO DO VALOR NOMINAL: NÃO HÁ

REMUNERAÇÃO: 104% do DI

POSIÇÃO DO ATIVO QUANTIDADE EM CIRCULAÇÃO: 60.000 QUANTIDADE EM TESOURARIA: 0 QUANTIDADE TOTAL: 60.000

5. Resgate, amortização, conversão, repactuação, pagamento dos juros das debêntures realizadas no período, bem como aquisições e vendas de debêntures efetuadas pela companhia emissora: (Artigo 12, alínea e, inciso XVII da Instrução CVM 28/83)
- Resgate: Não houve;
 - Amortização: Não houve;
 - Conversão: Não há;
 - Repactuação: Não há;
 - Pagamento dos juros das debêntures realizados no período: Houve de acordo com a tabela constante de item 4;
 - Aquisições e vendas de debêntures efetuadas pela companhia Emissora: Não houve.
6. Constituição e aplicações de fundo de amortização de debêntures, quando for o caso: (Artigo 12, alínea f, inciso XVII da Instrução CVM 28/83)
- Não houve a constituição de Fundo de Amortização para esta Emissão.
7. Acompanhamento da destinação dos recursos captados através da emissão de debêntures, de acordo com os dados obtidos junto aos administradores da companhia Emissora: (Artigo 12, alínea g, inciso XVII da Instrução CVM 28/83)
- De acordo com a Declaração da Emissora, os recursos captados com a emissão das debêntures foram utilizados conforme o previsto na Escritura de Emissão.
8. Relação dos bens e valores entregues à sua administração: (Artigo 12, alínea h, inciso XVII da Instrução CVM 28/83)
- Não há bens e/ou valores entregues ao Agente Fiduciário para administração.

9. Cumprimento de outras Obrigações assumidas pela companhia na escritura de emissão: (Artigo 12, alínea i, inciso XVII da Instrução CVM 28/83)

A Emissora obriga-se, sob pena de serem declaradas vencidas as obrigações relativas às debêntures, a manter, entre outras obrigações, os índices financeiros descritos no item 6.1, alínea “k”, da Escritura de Emissão.

De acordo com as informações obtidas, verificamos o cumprimento das obrigações assumidas pela Emissora na Escritura de Emissão.

Declaração acerca da suficiência e exeqüibilidade das garantias das debêntures: (Artigo 12, alínea j, inciso XVII da Instrução CVM 28/83)

As debêntures da presente emissão são da espécie quirografária.

10. Existência de outras emissões de debêntures, públicas ou privadas, feitas por sociedade coligada, controlada, controladora ou integrante do mesmo grupo da emissora em que tenha atuado como agente fiduciário no período, bem como os seguintes dados sobre tais emissões: (Artigo 12, alínea k, inciso XVII da Instrução CVM 28/83).

Não aplicável.

11. Parecer:

Não possuímos conhecimento de eventual omissão ou inverdade, contida nas informações divulgadas pela Emissora, que manteve seu registro atualizado junto a CVM- Comissão de Valores Imobiliários.

12. Declaração sobre a aptidão para continuar exercendo a função de agente fiduciário: (Artigo 12, alínea l, inciso XVII da Instrução CVM 28/83 e artigo 68, alínea “b” da Lei nº 6.404 de 15 de Dezembro de 1976)

A Pentágono declara que se encontra plenamente apta a continuar no exercício da função de Agente Fiduciário desta emissão de debêntures da Emissora.

Este relatório foi preparado com todas as informações necessárias ao preenchimento dos requisitos contidos na Instrução CVM 28, de 23 de novembro de 1983, conforme alterada, e demais disposições legais aplicáveis.

Embora tenhamos nos empenhado em prestar informações precisas e atualizadas não há nenhuma garantia de sua exatidão na data em que forem recebidas nem de que tal exatidão permanecerá no futuro. Essas informações não devem servir de base para se empreender de qualquer ação sem orientação profissional qualificada, precedida de um exame minucioso da situação em pauta.

PENTÁGONO S.A. DTVM

DOCUMENTOS ANEXOS:

Balanço Patrimonial Consolidado (Anexo 1)

Demonstrações de Resultado Consolidado (Anexo 2)

Parecer dos Auditores (Anexo 3)

Anexo 1:

ATIVO	NE nº	Controladora (BR GAAP)			Consolidado (IFRS e BR GAAP)		
		31.12.2010	31.12.2009	01.01.2009	31.12.2010	31.12.2009	01.01.2009
CIRCULANTE							
Caixa e equivalentes de caixa	5	89.822	479.044	318.455	1.794.418	1.518.523	1.649.481
Aplicações financeiras - títulos e valores mobiliários	6	175	79.120	438	534.095	365.243	314.774
Aplicações financeiras restritas - cauções e dep. vinculados	6	-	-	-	64.078	5.047	127
Clientes	7	-	-	-	1.162.627	1.071.986	981.842
Dividendos a receber	15	889.823	164.477	292.219	5.851	5.135	5.247
Repasse CRC ao Governo Estado do Paraná	8	-	-	-	58.818	49.549	47.133
Contas a receber vinculadas à concessão	9	-	-	-	54.700	44.070	27.885
Outros créditos	10	-	2	2	161.089	133.002	105.050
Estoques	11	-	-	-	121.424	112.102	83.547
Imposto de renda e contribuição social	12	122.995	109.383	98.517	158.213	270.556	200.544
Outros tributos correntes a recuperar	12	-	-	-	37.536	31.933	28.021
Despesas antecipadas	13	-	-	-	4.965	4.966	3.573
		1.102.815	832.026	707.631	4.157.790	3.612.114	3.447.024
NÃO CIRCULANTE							
Realizável a Longo Prazo							
Aplicações financeiras - títulos e valores mobiliários	6	-	-	69.063	7.151	40.103	69.063
Aplicações financeiras restritas - cauções e dep. vinculados	6	-	-	-	26.280	24.195	37.888
Clientes	7	-	-	-	43.729	51.832	85.046
Repasse CRC ao Governo Estado do Paraná	8	-	-	-	1.282.377	1.205.025	1.272.770
Depósitos judiciais	14	230.235	52.954	53.271	400.699	159.012	173.514
Contas a receber vinculadas à concessão	9	-	-	-	2.423.345	1.828.220	1.460.462
Outros créditos	10	-	1.759	3.132	15.224	16.949	12.214
Imposto de renda e contribuição social	12	-	-	-	12.341	-	-
Outros tributos correntes a recuperar	12	-	-	-	84.882	83.957	62.468
Imposto de renda e contribuição social diferidos	12	144.757	68.146	124.465	507.710	397.882	398.873
Créditos com partes relacionadas	15	1.068.002	988.421	929.293	1.575	-	-
		1.442.994	1.111.280	1.179.224	4.805.293	3.807.275	3.572.278
Investimentos	16	10.108.610	9.718.656	9.634.650	483.450	405.653	406.755
Imobilizado	17	-	-	-	6.663.945	6.659.648	6.772.095
Intangível	18	-	-	-	1.748.954	1.828.213	1.735.689
		11.551.604	10.829.936	10.813.874	13.701.642	12.700.789	12.486.817
TOTAL DO ATIVO		12.654.419	11.661.962	11.521.505	17.859.432	16.312.903	15.933.841

PASSIVO	NE nº	Controladora (BR GAAP)			Consolidado (IFRS e BR GAAP)		
		31.12.2010	31.12.2009	01.01.2009	31.12.2010	31.12.2009	01.01.2009
CIRCULANTE							
Obrigações sociais e trabalhistas	19	293	271	243	175.584	206.957	159.388
Fornecedores	20	333	579	504	612.508	543.529	497.832
Imposto de renda e contribuição social	12	14.985	-	13.013	153.249	124.505	134.263
Outras obrigações fiscais	12	82.128	95.932	50.815	378.571	325.990	235.588
Empréstimos e financiamentos	21	17.860	15.868	24.896	83.085	81.698	98.461
Debêntures	22	621.157	17.238	169.233	621.157	54.195	195.000
Dividendos a pagar		158.916	84.630	239.265	163.634	90.806	243.652
Benefícios pós-emprego	23	119	45	34	24.255	22.505	21.344
Encargos do consumidor a recolher	24	-	-	-	58.105	29.523	43.123
Pesquisa e desenvolvimento e eficiência energética	25	-	-	-	155.991	121.005	126.484
Contas a pagar vinc. à concessão - uso do bem público	26	-	-	-	40.884	38.029	38.166
Outras contas a pagar	27	-	15	4	71.308	84.581	75.744
		895.791	214.578	497.867	2.536.801	1.723.323	1.869.045
NÃO CIRCULANTE							
Coligadas e controladas		3.675	1.109	-	-	-	-
Fornecedores	20	-	-	-	144.936	175.796	214.157
Obrigações fiscais	12	20.076	82.782	-	32.252	131.650	618
Imposto de renda e contribuição social diferidos	12	25.297	25.297	25.297	887.218	901.084	935.022
Empréstimos e financiamentos	21	380.997	388.254	414.869	1.280.982	784.144	769.056
Debêntures	22	-	600.000	600.000	-	753.384	802.116
Benefícios pós-emprego	23	-	-	-	384.208	352.976	331.165
Pesquisa e desenvolvimento e eficiência energética	25	-	-	-	90.732	90.493	72.079
Contas a pagar vinc. à concessão - uso do bem público	26	-	-	-	340.099	312.626	319.433
Outras contas a pagar	27	-	-	-	-	2.953	6.674
Provisões para litígios	28	298.460	53.934	241.165	866.378	560.111	653.382
		728.505	1.151.386	1.281.421	4.026.805	4.065.217	4.103.702
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	29						
Atribuível aos acionistas da empresa controladora							
Capital social		6.910.000	4.460.000	4.460.000	6.910.000	4.460.000	4.460.000
Reservas de capital		-	838.340	838.340	-	838.340	838.340
Ajustes de avaliação patrimonial		1.559.516	1.660.634	1.750.069	1.559.516	1.660.634	1.750.069
Reserva legal		478.302	428.912	377.590	478.302	428.912	377.590
Reserva de retenção de lucros		2.056.526	2.908.112	2.316.218	2.056.526	2.908.112	2.316.218
Dividendo adicional proposto		25.779	-	-	25.779	-	-
		11.030.123	10.295.998	9.742.217	11.030.123	10.295.998	9.742.217
Atribuível aos acionistas não controladores		-	-	-	265.703	228.365	218.877
		11.030.123	10.295.998	9.742.217	11.295.826	10.524.363	9.961.094
TOTAL DO PASSIVO		12.654.419	11.661.962	11.521.505	17.859.432	16.312.903	15.933.841

Anexo 2:

OPERAÇÕES CONTINUADAS	NE nº	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
		2010	2009	2010	2009
RECEITA OPERACIONAL					
Fornecimento de energia elétrica	30	-	-	2.213.403	2.059.554
Suprimento de energia elétrica	30	-	-	1.288.001	1.209.157
Disponibilidade da rede elétrica	30	-	-	2.272.421	1.975.117
Receita de construção	30	-	-	663.534	601.880
Telecomunicações	30	-	-	97.882	80.262
Distribuição de gás canalizado	30	-	-	237.272	205.158
Outras receitas operacionais	30	-	-	128.600	119.012
		-	-	6.901.113	6.250.140
Custos Operacionais					
Energia elétrica comprada para revenda	31	-	-	(1.972.275)	(1.816.848)
Encargos de uso da rede elétrica	31	-	-	(592.741)	(553.174)
Pessoal	31	-	-	(634.277)	(630.917)
Planos previdenciário e assistencial	31	-	-	(97.528)	(85.243)
Material	31	-	-	(75.533)	(58.993)
Matéria-prima e insumos para produção de energia	31	-	-	(22.975)	(21.231)
Gás natural e insumos para operação de gás	31	-	-	(144.648)	(128.916)
Serviços de terceiros	31	-	-	(245.232)	(228.579)
Depreciação e amortização	31	-	-	(511.491)	(509.230)
Custo de construção	31	-	-	(662.887)	(601.614)
Outros custos	31	-	-	(16.556)	5.961
		-	-	(4.976.143)	(4.628.784)
LUCRO OPERACIONAL BRUTO				1.924.970	1.621.356
Outras Receitas (Despesas) Operacionais					
Despesas com vendas	31	-	-	(62.466)	(54.281)
Despesas gerais e administrativas	31	(13.272)	(75.140)	(353.626)	(434.693)
Outras receitas (despesas), líquidas	31	(239.168)	187.068	(575.908)	(89.247)
Resultado da equivalência patrimonial	16	1.212.861	814.032	99.337	14.327
		960.421	925.960	(892.663)	(563.894)
LUCRO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO E DOS TRIBUTOS		960.421	925.960	1.032.307	1.057.462
Resultado Financeiro					
Receitas financeiras	32	120.501	133.892	652.231	337.396
Despesas financeiras	32	(134.393)	(211.757)	(303.806)	(330.661)
		(13.892)	(77.865)	348.425	6.735
LUCRO OPERACIONAL		946.529	848.095	1.380.732	1.064.197
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL					
Imposto de renda e contribuição social	12	(35.332)	-	(497.968)	(290.770)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	12	76.610	(56.319)	127.517	38.851
		41.278	(56.319)	(370.451)	(251.919)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		987.807	791.776	1.010.281	812.278
Atribuído aos acionistas da empresa controladora				987.807	791.776
Atribuído aos acionistas não controladores		-	-	22.474	20.502
LUCRO LÍQUIDO BÁSICO E DILUÍDO POR AÇÃO ATRIBUÍDO AOS ACIONISTAS DA EMPRESA CONTROLADORA- em reais					
Ações preferenciais classe "A"	29	5,2075	3,7068	5,2075	3,7068
Ações preferenciais classe "B"	29	3,7904	3,0389	3,7904	3,0389
Ações ordinárias	29	3,4456	2,7624	3,4456	2,7624

Anexo 3:

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos
Acionistas, Conselheiros e Diretores da
Companhia Paranaense de Energia - COPEL
Curitiba - PR

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos
Acionistas, Conselheiros e Diretores da Companhia Paranaense de
Energia - COPEL
Curitiba - PR

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia Paranaense de Energia - COPEL ("Companhia"), identificadas como Controladora e Consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2010 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e das demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRSs), emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB, e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos

selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados às circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião sobre as demonstrações financeiras individuais

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais anteriormente referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia Paranaense de Energia - COPEL em 31 de dezembro de 2010, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas anteriormente referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da Companhia Paranaense de Energia - COPEL em 31 de dezembro de 2010, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo naquela data, de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRSs) emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB e as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Ênfase

Conforme descrito na nota explicativa no 2, as demonstrações financeiras individuais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. No caso da Companhia Paranaense de Energia - COPEL essas práticas diferem das IFRSs, aplicáveis às demonstrações financeiras separadas, somente no que se refere à avaliação dos investimentos em controladas, coligadas e controladas em conjunto pelo método de equivalência patrimonial, enquanto para fins de IFRSs seria custo ou valor justo.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Examinamos, também, as demonstrações individual e consolidada do valor adicionado ("DVA"), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2010, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas, e como informação suplementar pelas IFRSs que não requerem a apresentação da DVA. Essas

demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Curitiba, 22 de março de 2011.

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
Contadora
CRC n.º 2 SP-011.609/O-8 F-PR
121517/O-3 S/PR

Iara Pasian

CRC n.º 1 SP